



PROCESSO N.º : 2017004204
INTERESSADO : DEPUTADO GUSTAVO SEBBA
ASSUNTO : Dispõe sobre a realiza o do teste cariótipo em hospitais,
maternidades e institui es similares no Estado de Goiás.

RELATÓRIO

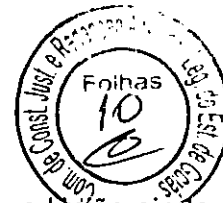
Versam os autos sobre projeto de lei, de autoria do ilustre Deputado Gustavo Sebba, obrigando a realiza o, por parte das maternidades, hospitais e institui es similares da rede pública no Estado de Goiás, do exame de estudo cromossômico, denominado teste de cariótipo, nos recém-nascidos com diagnósticos de doenças cromoss micas ou genéticas.

A proposi o estabelece ainda que a garantia da realiza o desse exame se dará somente após exame físico e suspeita clínica feito pelo pediatra ou médico especialista com presença nos recém-nascidos de alguns dos sinais cardinais dismórficos ou sugestivos indicativos que caracterizam as doenças cromoss micas ou genéticas.

A justificativa da proposi o menciona que o objetivo do exame cariótipo   detectar anomalias cromoss micas numéricas e/ou morfológicas em crianças e adultos através da análise morfológica e contagem dos cromossomos em pacientes com indica o clínica para o exame identificar possíveis altera es genéticas ocorridas na fase celular embrionária. Nesse sentido, a realiza o do teste de cariótipo em recém-nascidos que manifestem fenotipicamente, ou seja, fisicamente alguns dos determinantes de aneuploidia, possibilitará o acesso ao diagnóstico correto da síndrome, para posterior tratamento.

Essa   a síntese da proposi o em análise.

Percebe-se que a propositura em pauta versa sobre matéria pertinente   **prote o e defesa da saúde**, matéria esta que insere-se no âmbito da **competência legislativa concorrente** da União e dos Estados-membros, conforme art.



24, XII, da Constituição da República. No que tange ao assunto em pauta, a União ainda não editou normas gerais regulando a matéria, motivo pelo qual o Estado de Goiás tem competência plena tanto para a edição de normas de caráter geral, quanto específico, conforme estabelece o art. 24, §§ 3º e 4º da Constituição da República.

Neste ponto, importa registrar que as proposições versando sobre matéria pertinente ao serviço público estadual de saúde não se incluem dentro da iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme alteração introduzida no art. 20 da Constituição Estadual, através da Emenda Constitucional n. 30, de 05 de setembro de 2001, que retirou tal assunto da iniciativa reservada do Governador.

Embora a implementação dos procedimentos previstos no presente projeto de lei implique em despesas, este fato, por si só, não tem o condão de inserir esta matéria dentro da competência privativa do Governador do Estado (CE, art. 20, § 1º).

Constata-se que o projeto de lei institui uma medida de proteção e defesa da saúde dos recém-nascidos, enquadrando-se, portanto, no permissivo contido no art. 24, XII, da Constituição da República, que confere competência suplementar para os Estados nesta matéria. A proposição, por tais razões, afigura-se compatível com o sistema constitucional vigente.

Por tais razões, não vislumbramos qualquer óbice constitucional ou legal que impeça a aprovação desta matéria. Sugerimos, tão-somente, a adoção de um substitutivo com a finalidade de promover o aprimoramento formal da iniciativa em pauta (técnica legislativa).

"SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N. 485, DE 25 DE OUTUBRO DE 2017.

Torna obrigatória a realização do teste cariótipo nas situações que especifica.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:



Art. 1º As unidades hospitalares estaduais e as conveniadas integrantes do Sistema Único de Saúde ficam obrigadas a realizar exame de estudo cromossômico, denominado teste de cariótipo, nos recém-nascidos com diagnósticos de doenças cromossômicas ou genéticas.

Parágrafo único. O exame será realizado sempre que, a critério médico, tal procedimento for considerado necessário, após exame físico do recém-nascido e suspeita clínica indicando a presença de alguns dos sinais cardinais dismórficos ou sugestivos indicativos que caracterizam as doenças cromossômicas ou genéticas.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, na forma do art. 3º da Lei Complementar n. 112, de 18 de setembro de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação."

Isto posto, com a adoção do substitutivo ora apresentado, somos pela **constitucionalidade e juridicidade** da propositura em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 31 de Outubro de 2017.

Deputado SANTANA GOMES
Relator